

Habeas data

PREPARADOS PARA GARANTIR A PAZ



**Investindo em capacitação,
2ª Região cria gabinete para firmar
Política de Segurança Institucional**



Expediente



Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Presidente:

Desembargador federal PAULO ESPIRITO SANTO

Vice-Presidente:

Desembargadora federal VERA LÚCIA LIMA

Corregedor da Justiça Federal:

Desembargador federal SERGIO SCHWAITZER

Desembargador federal PAULO FREITAS BARATA

Desembargadora federal TANIA HEINE

Desembargador federal ALBERTO NOGUEIRA

Desembargador federal FREDERICO GUEIROS

Desembargador federal CARREIRA ALVIM

Juiz Federal convocado MARCELO PEREIRA

Desembargadora federal MARIA HELENA CISNE

Desembargador federal CASTRO AGUIAR

Desembargador federal ANTÔNIO CRUZ NETTO

Desembargador federal FERNANDO MARQUES

Desembargador federal RALDÊNIO BONIFACIO COSTA

Desembargador federal SERGIO FELTRIN CORRÊA

Desembargador federal ANTONIO IVAN ATHIÉ

Juiz federal convocado ALUÍSIO MENDES

Desembargador federal POUL ERIK DYRLUND

Desembargador federal ANDRÉ FONTES

Desembargador federal REIS FRIEDE

Desembargador federal ABEL GOMES

Desembargador federal LUIZ ANTONIO SOARES

Desembargador federal MESSOD AZULAY NETO

Desembargadora federal LILIANE RORIZ

Desembargadora federal LANA REGUEIRA

Desembargadora federal SALETE MACCALÓZ

Desembargador federal GUILHERME COUTO

Desembargador federal GUILHERME CALMON

Juiz federal convocado JOSÉ ANTONIO NEIVA

Diretor Geral: LUIZ CARLOS CARNEIRO DA PAIXÃO

Ano XIII - nº 71 - Abr / Mai / Jun 2009

Assessora de Comunicação Social

Ana Sofia Brito Gonçalves

Redação

André Camodego e Marcelo Ferraz

Diagramação, Impressão e Acabamento

Divisão de Produção Gráfica e Editorial - Digma/Sed

Projeto Gráfico

Renata Möller, Guilherme Szpigiel e Rodrigo Melo

Revisão

André Camodego

Para mais notícias e a versão eletrônica do Habeas Data, visite o site www.trf2.gov.br

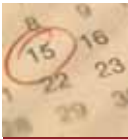
Memórias da Justiça Federal – depoimentos do projeto história oral da Justiça Federal



Foto: ACOS

Como parte das comemorações do aniversário de 100 anos do seu prédio, o Centro Cultural Justiça Federal (CCJF) lançou o livro “Memórias da Justiça Federal – depoimentos do projeto história oral da Justiça Federal”. O desembargador federal Paulo Barata, um dos depoentes da obra e o principal idealizador do projeto, entregou o primeiro exemplar à coordenadora da biblioteca do CCJF, Maria Cristina de Paiva Ribeiro, durante a solenidade realizada no dia 31 de março, efeméride em que o prédio foi inaugurado, em 1909. Além de Paulo Barata, a obra conta com depoimentos do desembargador federal Silvério Luiz Nery Cabral e do servidor Hilário dos Santos Pimentel, ambos aposentados.

O projeto história oral rendeu entrevistas com ministros do STF, do STJ, do extinto TFR, bem como com desembargadores e juízes e servidores que tomaram parte da construção da Justiça Federal, a partir da sua recriação em 1967. A ideia é que todo esse material seja divulgado em futuras publicações. Para o desembargador federal Paulo Barata, “foi um prazer extrair os depoimentos desses pioneiros do Judiciário, que hoje compõem um acervo valioso, que, com muito orgulho para mim e para todos nós que participamos da sua execução, inspirou um projeto similar do Conselho da Justiça Federal”. ■



Ministro da Suprema Corte das Filipinas visita TRF2

Conhecer a estrutura da Justiça Federal e saber um pouco mais sobre a atuação dos juízes no Brasil foi o objetivo da visita do ministro Dante O'Tinga, da Suprema Corte da República das Filipinas, que esteve na sede do TRF2. O magistrado foi recebido pelo então presidente da Corte, desembargador federal Castro Aguiar, pelos desembargadores federais Sergio Feltrin e Liliane Roriz, e pelos juízes federais Fernanda Duarte e Fabrício Fernandes de Castro.

As Filipinas foram colonizadas pela Espanha desde o século XVI até a sua independência, em 1898. O ministro Dante O'Tinga fez questão de lembrar que essas raízes ibéricas unem culturalmente o seu país e o Brasil. Tendo participado ativamente da oposição ao presidente deposto Ferdinand Marcos e da campanha pela eleição da presidente Corazón Aquino, na década de 1980, o magistrado filipino também destacou, em sua visita, a luta pela democracia vivida pelos dois países em sua história recente. ■



Foto: Luiz Guilherme Fernandes

A partir da esquerda: Fabrício Fernandes, Sergio Feltrin, Dante O'Tinga, Castro Aguiar, Liliane Roriz e Fernanda Duarte

Juiz da 2ª Região integra comissão para modernizar leis que tratam de direitos coletivos

O juiz federal Aluisio Gonçalves de Castro Mendes, atualmente convocado para compor o quorum do TRF2, foi nomeado pelo ministro da Justiça, Tarso Genro, para integrar a recém-criada comissão especial, que tem por objetivo o aprimoramento e a modernização das leis que tratam de direitos coletivos, difusos e meta-individuais homogêneos. A proposta é que a comissão auxilie o Ministério da Justiça no estudo dos anteprojetos do Código Brasileiro de Processo Coletivo e do Código Modelo de Processos Coletivos para a Iberoamérica, entre outras proposições que hoje estão em debate no meio acadêmico e entre os profissionais do Direito.

Para garantir uma visão bastante abrangente dos temas discutidos, a comissão é formada por juristas, especialistas, advogados, magistrados e membros da

Ministério Público e da Defensoria Pública. Além disso, o grupo deverá contar com a participação de representantes da Casa Civil da Presidência, da Advocacia Geral da União, do Ministério da Fazenda e do próprio Ministério da Justiça.

A presidência da comissão, composta de 24 membros, está a cargo do atual Secretário da Reforma do Judiciário, Rogério Favreto. O professor do curso de pós-graduação em Direito da PUC de São Paulo, Luiz Manoel Gomes Junior, é o relator. Entre outros nomes de peso do cenário jurídico brasileiro, o grupo conta ainda com a participação da conselheira da OAB e diretora da Escola Superior de Advocacia, Ada Pellegrini Grinover, do ministro do STJ Athos Gusmão Carneiro e do promotor de Justiça e doutor pela USP, Ricardo de Barros Leonel. ■



Sessão solene marca aniversário de 20 anos do TRF2

30 de março, 16 horas. No mesmo dia e na mesma hora, há 20 anos, estava sendo instalado o Tribunal Regional Federal da 2ª Região. A efeméride foi celebrada com uma sessão solene, realizada no Plenário da Corte. Em 1989, a Presidência estava a cargo do desembargador federal Romário Rangel, hoje aposentado e morando no seu Estado natal, o Espírito Santo. Em 2009, a sessão solene foi conduzida pelo atual presidente da Corte, o desembargador federal Castro Aguiar, que abriu a reunião pedindo um minuto de silêncio em memória dos magistrados e servidores falecidos que atuaram na Casa: "Tenho certeza de que, estejam onde estiverem, apreciarão esta nossa manifestação de carinho e apreço".

A memória, aliás, foi o mote que pautou a fala de Castro Aguiar. Ele ressaltou a qualidade do material humano, formado por juízes e servidores, que inaugurou o Tribunal há duas décadas: "O Tribunal, desde os seus primórdios, destacou-se no cenário das instituições públicas brasileiras por ser arrojado em suas decisões, firme nas suas convicções, exemplar em seu trabalho e equilibrado, em seu modo de agir e fazer justiça".

Para ele, os 14 membros que formaram a composição inicial do TRF2 (11 oriundos da magistratura, dois da advocacia e um do Ministério Público) deixaram "lições de bom senso" e se notabilizaram por serem "talentosos, cultos, grandes professores e doutrinadores maduros". Mas isso, continuou, só valeu para o sucesso do empreendimento do Tribunal porque tais magistrados contaram, desde o início, com um corpo de servidores altamente qualificados, com os quais os juízes tinham (e têm) "entrosamento perfeito".

O presidente concluiu seu discurso afirmando, em nome dos atuais membros da Corte, o seu "orgulho em participar de forma efetiva na construção do Tribunal". Ele ainda acrescentou que, como presidente

do TRF2, buscou sempre "subsídios, no exemplo de todos os que o antecederam, para exercer o mandato com probidade e eficiência".

Na sessão solene, foi prestada homenagem a todos os desembargadores federais que integraram a Corte desde o início (inclusive in memoriam), aos ex-presidentes do Tribunal, aos diretores-gerais desde a inauguração, e aos oito servidores em atividade que completaram 20 anos de serviço no Tribunal, no dia 30 de março.

Um dos homenageados, o ministro do STJ Arnaldo Lima falou de sua "enorme honra" por ter participado da construção do TRF, que, para ele "presta um serviço tão importante aos cidadãos do Rio de Janeiro e do Espírito Santo, bem como enriquece de forma tão efetiva, com a qualidade de seus julgados, o conhecimento jurídico do país". Arnaldo Lima foi membro efetivo do TRF2 durante 16 anos e presidente da Corte durante o biênio que foi de 2001 a 2003: "A experiência obtida durante todos esses anos muito me serve em minha atuação no Superior Tribunal de Justiça. Tenho muito amor por esta Corte".

A mesa da sessão solene foi composta, além do desembargador federal Castro Aguiar, pelo vice-presidente do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, desembargador Antônio Eduardo Ferreira Duarte, pelo comandante-geral do Corpo de Fuzileiros Navais, almirante-de-esquadra Álvaro Augusto Dias Monteiro, pelo Comandante Militar do Leste, general Rui Alves Catão, pelo presidente da Associação dos Juizes Federais do Brasil (Ajufe), juiz federal Fernando Mattos, pelo procurador-geral do Município do Rio de Janeiro, Fernando dos Santos Dionísio (que, na ocasião representou o prefeito Eduardo Paes) e pela procuradora chefe da Procuradoria Geral da República na 2ª Região, Cristina Romanó. ■

Foto: Luiz Guilherme Fernandes



Várias autoridades compuseram a mesa do solenidade.

Foto: Luiz Guilherme Fernandes



O ministro Arnaldo Lima entrega um bôton comemorativo à servidora Maria das Graças Soares de Souza: "A experiência obtida durante todos esses anos muito me serve em minha atuação no STJ"



Em fase de testes e aberto a sugestões, novo portal do TRF2 atenderá às regras de acessibilidade na web

Segundo estimativas da ONG Acessibilidade Brasil, existem cerca de 24,5 milhões de pessoas em todo o país com algum tipo de necessidade especial como deficiência visual, surdez, problemas cognitivos, comportamentais e motores, entre outros. Pensando nisso, o Tribunal Regional Federal da 2ª Região disponibilizou na rede mundial de computadores um novo portal, em fase de testes, mais funcional e acessível. E está aberto a sugestões. O objetivo é disponibilizar um site que possibilite a pessoas com deficiência ter acesso às diversas funcionalidades, já existentes atualmente, porém, com um design mais moderno, agradável e acessível. O serviço integra uma rede de ações voltadas para a acessibilidade que vêm sendo promovidas pela Corte (vide matéria das páginas 8 e 9).

O novo site é o fruto de um criterioso estudo das regras de acessibilidade e de pesquisas junto a grupos de comunidades com dificuldades de acesso à internet, formados por deficientes visuais, auditivos e pessoas com dificuldades locomotoras, dentre outros usuários que possuem outros graus de deficiência (idosos, míopes, vista cansada, etc). O objetivo é realmente integrar estes grupos de usuários à comunidade, recebendo o mesmo tratamento das demais pessoas. Todo o serviço

de consulta do site, por exemplo, foi concentrado no canto superior direito, a fim de facilitar o acesso a este serviço com poucos movimentos. Em suma, todo o conteúdo da página foi analisado, reorganizado e padronizado, de forma clara, concisa e coerente.

A acessibilidade na internet trata do oferecimento de conteúdos gráficos e sonoros alternativos, claros, compreensíveis e capazes de garantir o controle da navegação pelos usuários, independente das suas capacidades físico-motoras e perceptivas, culturais e sociais. Além disso, deve assegurar que as tecnologias utilizadas funcionem, de maneira acessível, independente de programas, versões e futuras mudanças. No Brasil, a construção de sítios acessíveis é uma exigência do Decreto 5.296/2004 que torna obrigatória a acessibilidade nos portais e sítios eletrônicos da administração pública na rede mundial de computadores para o uso das portadoras de deficiência, garantindo-lhes o pleno acesso aos conteúdos disponíveis.

A versão preliminar do novo portal está disponível no seguinte endereço: <http://novosite.trf2.gov.br:8383> e as sugestões e colaborações podem ser enviadas para o e-mail: sugestoes.internet@trf2.gov.br.



Novo site do TRF2

A Era Virtual

Atualmente, os cerca de 200 mil internautas que acessam mensalmente a página do TRF2, de qualquer lugar do planeta, têm acesso a consultas processuais e ao acompanhamento automático por e-mail, o qual permite que o interessado receba mensagens eletrônicas com os andamentos e decisões dos processos em tramitação na Corte. Também é possível acessar informações institucionais sobre o Tribunal e sobre os concursos em andamento, bem como realizar pesquisas de jurisprudência on line. A página também conta com um espaço jornalístico, abastecido com novas matérias - foram 480 só em 2008 -, destinado, prioritariamente, a publicar reportagens elaboradas a partir de julgados do Tribunal, com o objetivo de divulgar a produção judicante da Corte em linguagem acessível ao público em geral, dando conta de como os magistrados se posicionam maiormente em relação a direitos individuais e coletivos, tal como os asseguram as leis. Em suma, trata-se de uma ferramenta importantíssima para magistrados, advogados, jornalistas e a sociedade em geral. ■

Preparados para garantir a paz: Investindo em capacitação, 2ª Região cria gabinete para firmar política de segurança institucional

Integrar os sistemas de segurança da Justiça Federal de primeira e de segunda instâncias da 2ª Região, nas capitais e no interior, padronizando os procedimentos do pessoal responsável por esse serviço. Ou, em outras palavras, traçar uma política unificada, coerente e cuidadosamente projetada para garantir serviços sob medida para o TRF2 e as Seções Judiciárias do Rio de Janeiro e do Espírito Santo, no que se refere à segurança de magistrados, servidores, visitantes, instalações e bens patrimoniais. Também: planejar e coordenar os cursos e os convênios para o treinamento dos servidores da área, inclusive com a criação e a administração da Escola de Formação, Aperfeiçoamento e Especialização de Agentes de Segurança Judiciária. Ainda: desenvolver ações de inteligência preventiva de crimes no âmbito do Judiciário Federal da 2ª Região, aplicando o que estiver disponível em recursos técnicos e científicos.

São tão variadas, por um lado, e específicas, por outro, as atribuições do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), criado pela Presidência do TRF2 através da Resolução nº 04, de 16 de janeiro de 2009, quanto é complexa a estrutura necessária para o seu funcionamento. Até medidas para evitar ocorrência de sinistros, situações de pânico e tumultos no espaço físico do Tribunal e da Seção Judiciária estão a cargo do recém-criado gabinete, que deverá coordenar, por exemplo, os exercícios regulares do plano de escape em caso de incêndio nas dependências da Corte. Dirigido pelo desembargador federal Reis Friede, o novo setor é integrado pela Assessoria Técnica de Segurança (Ates), pela Divisão de Segurança (Diseg), pelo Núcleo de Apoio Estratégico (Nucae) e pelo Núcleo de Operações, Inteligência e Logística (Nucoi).

Para simplificar, pode-se dizer que a principal frente de atuação do gabinete está na formação e aperfeiçoamento dos servidores agentes de segurança, como explica o supervisor do Grupo Especial de Segurança (GES), Michel Carneiro: “O objetivo é suprir lacunas no treinamento dos agentes, criando um padrão para o desenvolvimento de habilidades e competências dos servidores que atuam na segurança”.

Foi para dar o pontapé inicial nesse processo de profissionalização que 18 agentes de segurança passaram quase um mês aquartelados no prédio onde é treinado o Núcleo de Operações Especiais da Polícia Rodoviária Federal (PRF), no Rio de Janeiro. Lá, um programa intensivo, o mesmo que é aplicado a esse corpo de elite da PRF, instruiu os servidores da Justiça Federal no manejo de armas de fogo, em técnicas de controle de multidões, em leis e normas pertinentes ao assunto, em defesa pessoal e em direção defensiva e ofensiva, entre outros temas.

Esses 18 agentes, integrantes do GES - encarregado de executar eventuais missões de risco, como custódia e escolta de presos e de propor normas e planos de segurança, levando em conta fatores de risco - têm a incumbência de serem multiplicadores desse conhecimento, bem como do que vier a ser adquirido nos futuros treinamentos que já estão na pauta do GSI. A propósito, já estão previstas mais duas turmas, que passarão pelas aulas dos instrutores da PRF até o final do ano, sem falar nos convênios em vias de ser formalizados com outras instituições que se destacam na preparação de agentes públicos, como grupos especiais das Forças Armadas e da Polícia Federal, para citar poucos exemplos.



Fotos: Paulo Feitosa - PRF e Paulo Roberto Moraes - SIES



Exigência legal

“Fazer parte do GES tem muitas exigências. A disciplina é rigorosa e o curso na PRF puxou muito de todos os treinandos, principalmente na parte física”, ressalta o agente de segurança Jefferson Moreira de Oliveira, um dos que concluíram o internato no Núcleo de Operações Especiais da PRF. Ele lembra que esse investimento na capacitação dos servidores da área de segurança já existia antes da criação do GSI, como exigência da Lei número 11.416, de 2006, que dispõe sobre as carreiras dos servidores do Poder Judiciário da União. Jeferson de Oliveira também destaca que a proposta dos treinamentos formatados nas Forças Armadas e nas polícias se encaixa nas especificidades da Justiça Federal, carecendo de poucas adaptações: “É por esse motivo que o TRF só deverá fazer convênios com escolas do próprio setor público. A contratação de serviços terceirizados de treinamento, além de ter um custo para o erário, não atenderia tão bem as nossas necessidades”, afirma o servidor, que integra a equipe do Nucoi, justamente o braço do GSI encarregado de administrar a futura Escola de Formação, Aperfeiçoamento e Especialização de Agentes de Segurança Judiciária.

Concretização de um ideal

Bem preparados, sendo servidores de carreira, quase todos com vários anos de Casa, conhecendo bem a estrutura, as particularidades e mesmo os magistrados e servidores da Justiça Federal da 2ª região, bem como intimamente comprometidos com as finalidades e com o bom funcionamento da instituição, a expectativa é que os agentes de segurança que compõem os vários ramos do GSI garantam a tranquilidade indispensável para que o TRF e as Seções Judiciárias do Rio de Janeiro e do Espírito Santo cumpram seu papel. É para reforçar essa certeza que a Resolução que criou o GSI também disciplina o porte de arma de fogo pelos agentes, que será concedido pelo próprio presidente do TRF2, a exemplo do que acontece com o STF (através da Resolução nº 339, de 2007) e do STJ (conforme estabelece a Resolução nº 17, de 2004). Afinal, como afirma Márcio de Souza Marques, coordenador do Nucoi, a escalada da violência urbana nos últimos anos não deixa brecha para descuidos: “Este projeto é a concretização de um ideal”, comemora. ■

Aperfeiçoamento contínuo

Não é só para os agentes de segurança que a Lei no 11.416/06 criou exigências. Os servidores em cargos gerenciais também têm de voltar às carteiras regularmente, para desenvolver e azeitar suas habilidades como gestores. Como explica a diretora da Divisão de Capacitação de recursos Humanos (Dicre) do TRF2, Elizabeth Goraieb, isso fez aumentar ainda mais a



Foto: ACOS

procura – já habitual - pelos cursos oferecidos pelo setor com esse fim específico, como o de “Visão Sistêmica da Organização” e de “Marketing de Serviços para Gestão Pública”, para citar só dois dos que estão na pauta de 2009: “Os cursos do PDG (Programa de Desenvolvimento Gerencial) almejam munir os diretores, assessores e supervisores com subsídios para eles planejarem suas ações e estruturarem seus projetos, enxergando a instituição em perspectiva, ou seja, sabendo que o que é feito hoje pode dar frutos por muito tempo no futuro”, explica. Elizabeth Goraieb também destaca que, para incrementar sua eficácia, as aulas são amarradas com recursos que despertam o potencial criativo dos alunos, usando elementos musicais e teatrais, por exemplo.

E é aí que entra um critério do qual a Dicre não abre mão, na hora de fechar um cronograma

de cursos, seja para o PDG, seja para as turmas voltadas para outras áreas: aquele que leva em conta o fato de que um programa educacional de peso só é possível quando os professores também o são. Por isso, equilibrando-se entre os limites de orçamento e a busca da qualidade, o setor costuma firmar convênios com as instituições mais reconhecidas no campo do treinamento corporativo, como o Senac e a Fundação Getúlio Vargas.

Isso por um lado. Por outro, o setor procura, sempre que possível, usar a prata da casa: “Temos muitos magistrados que também são professores e pesquisadores do Direito. São acadêmicos notórios pelo seu cabedal, mas também por sua qualificação didática. Também temos servidores técnicos em várias áreas, e com experiência em ensino. Não podemos desperdiçar esse material humano”, ressalta Elizabeth Goraieb. Com certeza, a par da atualidade e pertinência dos temas propostos, as credenciais do corpo docente explicam bem a razão por que, historicamente, os cursos para servidores do TRF2, sejam jurídicos, de comunicação, de informática ou, é claro, de segurança, entre outros (são quase 80 ao todo para este ano), raramente acontecem com a lotação das turmas incompleta. ■



Oficinas de capacitação de leitores marcam mais um passo em projeto de acessibilidade do Tribunal

O projeto que criará a sala de acessibilidade da biblioteca do TRF2 caminha a pleno vapor. Aliás, é preciso que se diga que a “sala” - o espaço físico especialmente preparado para facilitar o acesso de portadores de deficiência ao acervo de cerca de 45 mil títulos - é só uma parte do projeto que inclui vários recursos voltados para esse público. De abril a dezembro deste ano, por exemplo, oficinas de capacitação de leitores realizadas no Centro Cultural Justiça Federal (CCJF), no centro do Rio, vão ensinar a servidores técnicas para produzir “livros falados” (ou seja, eles vão gravar os textos em CDs, para que usuários com deficiência visual possam ouvi-los em headphones conectados a computadores instalados na sala de acessibilidade). Os alunos aprenderão técnicas de dicção e boa leitura e receberão instruções para operar o gravador e o programa, já adquirido pelo Tribunal, para gravação e edição de áudio.



Foto: Luiz Guilherme Fernandes

Débora Cordeiro demonstra o equipamento

A expectativa da diretora da Divisão de Biblioteca (Dibli) do TRF2, Débora Cordeiro, é que, de início, sejam gravados trabalhos acadêmicos dos próprios magistrados da Casa (incluindo os magistrados de primeira instância), o que não é pouco material, visto que boa parte deles leciona e publica livros sobre disciplinas jurídicas regularmente: “Nós temos em nosso acervo uma vasta quantidade de material redigido pelos nossos desembargadores e juízes para periódicos. Vamos começar a gravação por aí, já que a nossa prioridade é facilitar para os estudantes e profissionais do Direito com deficiência. Depois vamos ampliar o trabalho para obras literárias variadas, mas é preciso primeiro tentar suprir um pouco dessa grande carência

de livros e artigos jurídicos em áudio. Fico imaginando as dificuldades que eles têm para se formar no Brasil, já que as editoras não se preocupam com as suas necessidades”, lamenta Débora Cordeiro, que lembra que, é claro, serão tomadas todas as precauções para preservar os direitos autorais. É por isso mesmo que os CDs deverão ficar disponíveis apenas para consulta na biblioteca, não devendo ser emprestados.

Mas, como dito acima, o projeto de acessibilidade é amplo. Além dos textos gravados por servidores, a Corte disponibilizará, já na entrada do prédio, um mapa em braile, para orientar os visitantes, com indicação não só da biblioteca, mas de todos os setores judicantes e administrativos. Rampas de acesso providas de corrimãos para auxiliar o trânsito de pessoas com dificuldade de locomoção e cadeirantes já existem, mas também estão sendo adquiridos equipamentos especiais, como computadores com teclados em braile, programas capazes de converter textos escritos em arquivos sonoros (o que vai ser um reforço para o trabalho de gravação de audiolivros) e impressoras que igualmente imprimirão em braile e serão dotadas de abafadores, para que o ruído não atrapalhe os demais frequentadores da biblioteca.

Este último item, aliás, merece uma observação: todo o equipamento da sala de acessibilidade vai compartilhar o espaço com o resto do salão de leitura e das estantes porque, no final das contas, não existirá uma sala de acessibilidade separada fisicamente do resto do setor. E por uma razão muito simples: integração. A ideia é que em nenhuma hipótese os leitores com deficiência fiquem separados dos demais usuários, assumindo que a acessibilidade envolve um conceito maior de convívio e de combate a uma (inadmissível) discriminação.

Modelo sob medida para o TRF

São muitas as especificidades que envolvem um projeto consistente de acessibilidade. Sem falar que a demanda é muito grande. Para destacar só a questão da deficiência visual, estima-se que no Brasil haja cerca de 16 milhões de pessoas com algum tipo de limitação para enxergar (vide box). Para não deixar lacunas abertas, a intenção do TRF (através da Dibli) é começar fazendo um levantamento junto à OAB, a fim de, em primeiro lugar, saber o número de profissionais que têm alguma deficiência. Em seguida, deverá ser realizada uma pesquisa direta com esse público para ouvir deles quais medidas devem ser tomadas, ou o



que eles esperam de um espaço e de serviços de acessibilidade que cumpram com eficácia sua missão.

O projeto do TRF é baseado num paradigma de sucesso desenvolvido pelo Senado Federal e conjuga conclusões levantadas em diagnósticos acadêmicos sobre diversas bibliotecas do país. Em cima desse

rascunho já traçado é que está sendo desenvolvido um modelo sob medida para a Corte, no qual está prevista, entre outros itens, a incorporação ao acervo da Dibli de dicionários em Libras (Língua Brasileira de Sinais), para uso de pessoas com deficiência auditiva. ■

Talento e técnica a serviço da solidariedade

As oficinas de capacitação de leitores no CCJF são realizadas em aulas semanais, às segundas ou aos sábados, com três horas de duração cada uma. Os cursos estão abertos não só para os servidores participantes do projeto de acessibilidade do TRF, mas para todo o público também. Só que os interessados têm de se apressar: as turmas de junho e de setembro já estão lotadas (informações e inscrições pelo e-mail livrofalado@livrofalado.pro.br, ou pelo telefone 2549-6376).

A professora Analu Palma, que ministra as oficinas explica que a solidariedade é o motor de tanta procura por suas aulas. É gente que quer doar tempo e trabalho para uma causa não só nobre, como urgente. Analu explica que há no Brasil cerca de 16 milhões de pessoas com deficiência visual e quase nada nas livrarias e bibliotecas para esse público. No CCJF, serão formados 75 leitores.

Com mestrado em Teatro pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio), Analu Palma, entre outras coisas, atuou na direção (e como ledora) da Coleção Voz da Academia em parceria com a Academia Brasileira de Letras, de 2000 a 2005, que gravou diversos clássicos da literatura nacional, como Esaú e Jacó, de Machado de Assis, e Morte e Vida Severina, de João Cabral de Melo Neto.

Habeas Data – Como surgiu a ideia de criar o projeto livro falado?

Analu Palma – Sou zen budista e tive um "insight", durante uma meditação. Adoro livros, adoro minha voz e tenho um recurso vocal bem trabalhado, descobri que podia unir estes talentos.

HD - A demanda pelo material gravado é grande?

AP - Sim, é grande, especialmente para cegos que estão estudando e para aqueles que são apaixonados por leitura. Existem três tipos de livros acessíveis para eles. O primeiro é o livro falado, mas a maioria está disponível em fita cassete, com ruídos e leituras pouco interessantes. O segundo tipo é o livro em braille, mas nem todos os cegos sabem ler em braille e a sua produção é cara. E o terceiro tipo é o livro digitalizado. E o problema nesse caso é que há poucos livros disponíveis desse tipo e nem todos os cegos possuem computador.

Assim, ainda precisamos produzir muitos livros acessíveis para diminuir a escassez deste produto.

HD – Mas existem títulos no mercado à venda? Eles são caros?

AP – Há muito poucos livros nos três formatos. No mercado, praticamente nada. Geralmente, os livros são subsidiados. Os editores pouco se importam com a realidade de 16 milhões de brasileiros com deficiência visual.

HD – Qual o perfil do aluno das oficinas?

AP - Cerca de 300 pessoas já passaram pelas minhas oficinas, nos últimos dez anos. Estas pessoas são antes de tudo apaixonadas pelo livro e podem dimensionar o que é uma vida sem livros. Muitos são professores, aposentados, funcionários de grandes empresas, atores. E todos fazem voluntariamente. No fundo, sempre quiseram ler para cegos.

HD - Você conta com os alunos das oficinas para multiplicar o trabalho?

AP - Pretendo que assim seja. Tenho uma turma em andamento na Ilha do Governador (zona norte do Rio), que vai atender aos 217 cegos que moram por lá. Vamos fazer encontros entre leitores e cegos e criar uma audioteca. Ainda estamos esperando o apoio financeiro da Subprefeitura, mas se não vier, vamos tentar fazer por nossa conta, o que sempre limita a atuação. Tenho vontade, pessoas, talentos, saberes, humanidades, generosidades. Só falta verba. ■



Analu Palma (com os fones) e seus alunos



Emarf promove fórum sobre Convenção da Haia no CCJF

Evento aborda os aspectos civis do sequestro internacional de menores

A Escola da Magistratura Regional Federal da 2ª Região - Emarf realizou - em parceria com o Centro Cultural Justiça Federal - CCJF - no dia 13 de abril, no auditório do CCJF, para uma plateia de magistrados, advogados, servidores e estudantes, fórum para discutir o tema "Convenção da Haia sobre os Aspectos Cíveis do Sequestro Internacional de Menores: Aspectos Controvertidos". A abertura do evento ficou a cargo do corregedor regional da Justiça Federal da 2ª Região, desembargador federal Sergio Schwaitzer, da diretora-geral da Emarf, desembargadora federal Maria Helena Cisne, e do juiz federal Theophilo Antonio Miguel Filho.

Logo em seguida, houve a apresentação do primeiro painel, "Direito de Família no Plano Internacional". Na ocasião, a procuradora de justiça do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro e professora da Puc/RJ, Nadia de Araújo, abordou a questão. Para a professora, a regulamentação de todas as relações privadas de família internacional no Brasil ainda segue a Lei de Introdução ao Código Civil de 1942: "No Brasil, até os anos quarenta, o Direito Internacional Privado aplicava o critério da nacionalidade. Até que, em 1942, o artigo 7º da Lei de Introdução ao Código Civil indicou o princípio do domicílio como elemento de conexão a determinar a aplicação da lei brasileira", ressaltou. No entanto, alertou, "tais regras hoje são insuficientes para resolver todos os problemas".

Ainda na parte da manhã, a advogada e professora da Uerj, Carmen Tiburcio, abordou os "Aspectos Relevantes da Convenção da Haia sobre os Aspectos Cíveis do Sequestro Internacional de Menores". A palestrante lembrou que seu objetivo "não é punir quem removeu ilicitamente a criança. Haia é uma convenção de cooperação com a finalidade de assegurar o retorno

imediate da criança retirada ilicitamente do seu país de origem".

A advogada também apresentou os pressupostos que autorizam a aplicação da Convenção nos casos de seqüestro de menores: "A criança removida deve ter, no máximo, 16 anos. Além disso, antes da remoção ilegal, a criança deve ter residido habitualmente num dos Estados ratificantes da Convenção", lembrou.

Por fim, Carmen Tiburcio atentou para o fato de que, embora a Convenção da Haia estabeleça um prazo de até seis semanas para o retorno imediato da criança, até para minimizar os prejuízos emocionais vivenciados pelo menor, "o que se vê no Brasil, é um enorme prejuízo e sofrimento para a criança, pois, com toda discussão envolvendo competências e recursos, existem casos em que a decisão que estabelece o referido retorno só é proferida anos após sua chegada ao Brasil", lamentou.

Em seguida, o procurador-chefe da Advocacia-Geral da União - AGU no Rio de Janeiro e professor, Daniel Levy Alvarenga, abordou os "Aspectos Práticos da Ação de Busca e Apreensão de Menores". Ele afirmou que existem, atualmente, doze ações judiciais sobre o tema em curso no Estado do Rio de Janeiro, envolvendo os Estados Unidos, a Noruega, a Alemanha, a Argentina, o Canadá, o Chile, a Irlanda, Israel e Portugal: "Em mais de 70% dos casos, já foram proferidas decisões, o que possibilitou alguns acordos posteriores ao juízo de procedência do retorno do menor". No entanto, o palestrante concluiu sua apresentação lembrando que, ao contrário do que prega a Convenção de Haia, o sistema processual brasileiro "é quase que impeditivo do retorno imediato da criança ao seu país de residência habitual, tamanha a quantidade de recursos e de possibilidades em âmbito processual que



podem acontecer no decorrer de uma ação de busca, apreensão e restituição de menor”, encerrou.

Já na parte da tarde, a promotora de Justiça do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, Rosana Cipriano Simão, falou sobre “A Guarda de Menores”. Ela iniciou sua explanação situando o tema no contexto da Convenção de Haia: “A Guarda em questão, é tratada, no caso de uma disputa internacional, num segundo momento. Após a restituição da criança ao seu país de domicílio habitual, após o cumprimento da ação de busca, apreensão e restituição. E o juízo do país da residência habitual do menor é quem tem a competência para decidir sobre a guarda. A aplicação da Convenção da Haia não passa pela deliberação acerca da guarda da criança”, explicou.

Mas a palestrante ressaltou que, de acordo com o artigo 12 da Convenção da Haia, se o procedimento de retorno do menor se estender por mais de um ano após o ato da remoção ilícita, caberá ao juiz verificar se a criança se encontra integrada ao novo ambiente, sempre visando o interesse do menor.

A palestrante também registrou outras situações em que o retorno não é obrigatório: Risco grave de perigos de ordem física e psíquica (como guerra, fome, perigo de abuso, negligência etc.), quando a criança - se tiver maturidade psíquica - recusar-se a voltar para sua residência habitual, ou quando não houver compatibilidade com princípios fundamentais do Estado de refúgio com relação a direitos humanos (países que admitam venda de crianças, casamento de menores, mutilação de órgãos genitais etc.). Rosana Cipriano também defendeu a chamada guarda compartilhada. “O centro do Direito de Família é o afeto. A solução jurídica mais adequada é a que melhor atende aos princípios de realização do ser humano, preservação de sua dignidade e reconstrução dos laços de afetividade”, afirmou.

Encerrando o encontro, que também teve a participação dos juizes federais Fabrício Fernandes de Castro e Márcia Maria Ferreira da Silva como debatedores, foi a vez do desembargador federal e professor da Uerj e da Universidade Gama Filho, Guilherme Calmon, apresentar a palestra “Paternidade Sócio-afetiva”.

Segundo o magistrado, a chamada “desbiologização da paternidade, da filiação e da maternidade” vem ganhando força nos diversos sistemas jurídicos mundiais: “Não podemos tratar os temas relacionados ao Direito de Família de modo hermético”, afirmou. Para ele, o Direito de Família “freqüentemente busca informações de fora do sistema jurídico para tratar de determinados assuntos, e, no caso específico de relação de parentesco, nós temos a psicologia e a antropologia que têm fornecido material muito relevante para que possamos resolver tais questões”, ressaltou.

Guilherme Calmon também defendeu a necessidade de se buscar uma compatibilização entre os diversos sistemas jurídicos, especialmente na questão da paternidade socioafetiva. “No campo das técnicas de reprodução assistida, por exemplo, dependendo do país, as regras são totalmente diferentes. Por isso, é preciso que haja uma harmonização entre os sistemas jurídicos”. O palestrante também criticou a expressão paternidade socioafetiva: Na minha opinião, é uma terminologia arraigada de discriminação em prol do homem. Por que não falar em parentalidade socioafetiva que atinge tanto o homem quanto a mulher?

O magistrado concluiu sua participação afirmando que “como autoridades judiciais brasileiras, não podemos, no que tange a própria aplicação da Convenção de Haia, nos valeremos somente daquilo que seria benéfico para o nosso sistema, descartando as outras questões. É preciso haver uma efetiva cooperação jurídica internacional com relação aos eventuais problemas relativos à própria aplicação da convenção”, encerrou.

O fórum, que integrou o cronograma de 2009 do Curso de Aperfeiçoamento e Especialização - CAE para magistrados federais da 2ª Região, foi transmitido por videoconferência para a Seção Judiciária do Espírito Santo, e contou com o apoio, além do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, das Seções Judiciárias do Rio de Janeiro e do Espírito Santo, da Associação dos Juizes Federais do Brasil - Ajufe, e da Associação dos Juizes Federais do Rio de Janeiro e Espírito Santo - Ajuferjes. ■



Nádia de Araújo



Mesa de Abertura



Guilherme Calmon

Avenida Rio Branco, nº 241, ano 100

A placa na parede registra o dia oficial da inauguração: 30 de março de 1909. Mas, na verdade, a solenidade que marcou o início das atividades do Supremo Tribunal Federal no imponente prédio do nº 241 da Avenida Rio Branco só aconteceu no dia 4 do mês seguinte, em razão de uma força superior à de qualquer vontade humana. A natureza não respeitou autoridades e convidados e fez desabar uma chuva torrencial no dia da inauguração do edifício, tornando intrafegável o centro do Rio, e obrigando ao adiamento.

De qualquer forma, 100 anos transcorridos, no fim da tarde de 30 de março de 2009 (quando começou a cair uma chuva leve) reuniram-se novamente autoridades, servidores e convidados diante da antiga sala de sessões que abrigou o Plenário do STF até sua transferência para Brasília em 1960. No evento que celebrou o centenário do prédio em que hoje funciona o Centro Cultural Justiça Federal, o então presidente do TRF2, desembargador federal Castro Aguiar, lembrou que a história daquela casa se confunde com a da própria Justiça Federal, além de distinguir a luta pela preservação do prédio, levada à frente pelos seus antecessores: “Os desembargadores federais Paulo Barata, Julieta Lunz e Alberto Nogueira, em especial, realizaram um trabalho gigantesco, incansável, para recuperar este edifício. Agora enxergamos como eles foram avançados, visionários, e entenderam a importância de transformá-lo neste monumento para a posteridade”, afirmou.

O magistrado destacou que a restauração (o trabalho começou em 1994, graças a um convênio firmado entre o TRF - 2ª Região, a Caixa Econômica Federal e o Instituto Herbert Levy, e foi concluído em 2001) garantiu a recuperação da beleza das formas, dos ornamentos e dos materiais empregados na construção do prédio no início do século passado, mas também contou com a informatização de todo o conjunto, bem como com a incorporação de equipamentos modernos de iluminação, climatização e preparação acústica, entre outros. Para ele, esse casamento entre o passado e o presente, entre a história, a cultura e a tecnologia, traduz uma vocação da própria instituição judiciária, que estima suas tradições, sem descuidar de se adaptar às exigências dos novos tempos, para prestar um serviço cada vez melhor aos cidadãos: “Esta consciência de valores nos dá condições para prevermos o futuro brilhante a que é destinado a Justiça Federal. Estamos todos de parabéns”. ■

Linha do Tempo do Judiciário no Brasil

O Centro Cultural Justiça Federal (CCJF) conta, desde dezembro do ano passado, com o espaço “Linha do Tempo do Judiciário no Brasil”. A sala, com equipamento interativo e áudio-visual, possibilita ao público percorrer a história da justiça brasileira, desde o surgimento das ordenações do Reino, no século XV. Utilizando um cursor, o visitante pode escolher um dos 28 períodos da Linha do Tempo – que vão desde 1446 até os dias atuais –, que aciona, automaticamente, uma projeção sobre uma tela ao fundo da sala, acompanhada de narração.

Entre outros pontos, o projeto prima pelo didatismo. O espaço, marcado pela tecnologia e pela interatividade, pretende atrair alunos de escolas de todos os níveis de ensino para conhecer uma parte de nossa história de modo lúdico e divertido, mas com precisão e seriedade.

Na mesma sala, outro serviço é oferecido: uma tela de LCD de 42 polegadas, ligada a um terminal, permite ao público acesso ao acervo de matérias do Programa Via Legal, transmitido pela TV Justiça. E, além de assistir os programas, o visitante poderá enviar dúvidas, comentários e sugestões de temas para futuros programas, através de e-mail. A “Linha do Tempo do Judiciário no Brasil” pode ser visitada sempre de terça a domingo, do meio-dia às 19 horas. ■



O usuário escolhe o período histórico que quer conhecer e o equipamento apresenta um texto falado e imagens

Foto: ACOS